# OS IMPACTOS SOCIAIS E JURÍDICOS DA LEI FELCA E OS DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LEI

[1]Oriel Jesson Soares Silva; [2]Ana Cristina Tahim Rosendo [3]Irlane Brito dos Reis; [4]Victoria Airlys Lira Sales; [5]Jailton Pereira de Araújo; [6]Artur Castro Brasil Bêco.

[1] Aluno do curso de Direito – orielsoares@outlook.com; [2]Aluna do curso de Direito [3]Aluna do curso de Direito [4]Aluna do curso de Direito; [5]Aluno do curso de Direito;
[6]Orientador/Professor do Curso de Direito - arturcastro95@gmail.com

## RESUMO

**Introdução**: A promulgação da Lei nº 15.211/2025, amplamente conhecida como "Lei Felca" ou ECA Digital, transformou radicalmente as normas para os prestadores de serviços na internet no Brasil; vigente desde março de 2026, surgiu após denúncias de exploração comercial e adultização de crianças nas redes sociais, estabelecendo regras rigorosas para conter o engajamento que causa vícios psicológicos e práticas financeiras abusivas em plataformas acessadas por menores. **Objetivos**: Analisar os impactos sociais e jurídicos da Lei Felca na regulamentação de empresas de tecnologia, bem como identificar os principais desafios técnicos, operacionais e de soberania em sua aplicação. **Metodologia**: Trata-se de uma análise descritiva e crítica dos aspectos sociais, jurídicos e operacionais decorrentes da promulgação e vigência da Lei nº 15.211/2025 no cenário digital brasileiro. **Discussão**: No aspecto social, a norma teve um efeito significativo ao conter definitivamente práticas de engajamento que causam vícios psicológicos, como a reprodução automática de vídeos e a rolagem infinita. Com isso, a legislação impactou financeiramente as empresas ao proibir as loot boxes, que atuavam como apostas disfarçadas em jogos eletrônicos, resultando em gastos excessivos. No âmbito jurídico, a alteração mais notável foi a eliminação do conhecido botão "clique aqui se tiver mais de 18 anos", tornando as plataformas responsáveis por verificar a idade real dos usuários por meio de biometria facial ou documentos de identidade oficiais. Ademais, a prática de monitorar o comportamento dos jovens para criar perfis de publicidade direcionada foi abolida. As penalidades para os que infringirem as normas são severas, podendo chegar a R$ 50 milhões ou 10% do faturamento das empresas. Para facilitar a denúncia de abusos sérios, um canal direto com a Polícia Federal foi estabelecido. Contudo, os desafios operacionais incluem o contorno de filtros por jovens via VPN ou Inteligência Artificial, a ambiguidade do termo "acesso provável" para pequenos desenvolvedores, a dificuldade de punir empresas estrangeiras sem CNPJ e o risco à privacidade pelo acúmulo de dados sensíveis, pois permitir o acesso a um site pode resultar na acumulação perigosa de dados e em riscos substanciais de vazamento de informações de adultos. **Conclusão**: Em suma, a efetividade prática dessa iniciativa vai depender de como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) irá monitorar esses sistemas sem comprometer a liberdade de navegação dos usuários.

**Palavras-chave:** Lei Felca; ECA Digital; Proteção Infantil; Redes Sociais; Regulamentação da Internet.